

Bases sólidas para negociar a dívida

JORNAL DA TARDE

24 MAI 1990

61

O poderoso William Rhodes, recentemente promovido à função de principal executivo da área internacional do Citicorp e que ficou conhecido dos brasileiros por presidir o comitê de assessoramento dos bancos credores, saiu irritado da reunião que teve anteontem, em Nova York, com a ministra Zélia Cardoso de Mello. "Eles ainda têm que decidir entre si o que pretendem", comentou, referindo-se a um suposto desentendimento na equipe brasileira que vai negociar a dívida.

Da mesma forma que Rhodes, dirigentes de outros bancos ficaram pouco satisfeitos com o que ouviram da ministra da Economia. Como era esperado, os banqueiros queriam uma resposta clara do governo brasileiro a respeito do reinício dos pagamentos dos juros, suspensos em julho do ano passado (os atrasados superam US\$ 5 bilhões). Não só não tiveram a resposta, como foram informados de que a negociação da dívida externa será por etapas. Em primeiro lugar, o governo brasileiro avaliará os resultados do programa de ajuste da economia. Depois apresentará esse resultado ao Fundo Monetário Internacional (FMI), do qual espera o aval ao programa e a concessão de empréstimos. Só então iniciará contatos formais com os credores particulares.

"Não queremos assumir compromissos sem saber se poderemos cumprí-los", disse a ministra Zélia Cardoso de Mello. Desta vez, primeiro o governo definirá objetivos internos, para depois examinar qual a margem de que dispõe para pagar os credores. O primeiro passo dessa estratégia é a revisão do orçamento, que deverá estar concluída até o final deste mês, para que, no início de junho, possa ser apresentada ao FMI.

O Departamento do Orçamento da União (DOU) concluiu anteontem a parte técnica da revisão orçamentária, cujo objetivo é, no final do ano, um superávit equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Depois de examinada pela ministra da Economia, essa re-

visão será apresentada ao presidente Fernando Collor de Mello, que a encaminhará ao Congresso.

Os cortes previstos pela equipe técnica do DOU atingem todos os ministérios e devem reduzir as dotações em 10%. Já está prevista a redução média de 30% no quadro de pessoal dos vários ministérios, bem como estão incorporados os custos das indenizações a serem pagas a quase 360 mil servidores que serão dispensados. Essas demissões — nas quais pouca gente acredita — são absolutamente necessárias. Sem elas, a folha de pagamento do governo — que teve um aumento real de 60% entre janeiro de 1989 e janeiro de 1990 — atingiria 6,7% do PIB, o que é incompatível com a receita de 7,4% do PIB. Se nada fosse feito, restaria apenas 0,7% do PIB para todas as demais despesas do governo.

O orçamento revisto corta também despesas de cerca de US\$ 6 bilhões aprovadas pelo Congresso dentro da chamada "programação especial" (de US\$ 10 bilhões), um conjunto de investimentos que os parlamentares incluíram no orçamento para beneficiar suas regiões eleitorais, mesmo sem uma clara definição das respectivas receitas. Os Estados e municípios — aos quais a União repassou, na primeira quinzena deste mês, recursos que representam aumento real de 154% em relação ao repasse feito em igual período do ano passado —, por sua vez, não mais terão sua dívida rolada com recursos do Tesouro. Todos os ganhos do governo serão aplicados no resgate dos títulos do Tesouro depositados no Banco Central e constituirão o lastro dos recursos do setor privado bloqueados pelo Plano Collor.

A revisão orçamentária, como se vê, implicará cortes profundos nas despesas do setor público. Se o governo conseguir esses resultados, poderá sentar-se tranquilamente à mesa de negociações com os credores externos, por mais irritados que eles tenham ficado nos últimos dias, pois terá números reais sobre os quais basear suas propostas.